



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN

**NOTA TÉCNICA Nº 14/2025/SEFIN-COTES**

**RELATÓRIO TÉCNICO CONTRATO INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS – GERENCIAMENTO DE FROTA - 0042.001608/2025-21 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA - PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (0062469391)**

**1. INTRODUÇÃO**

Por meio do Ofício nº 17948/2025/SUGESP-GMA (0062469391), foi encaminhada a esta Coordenadoria do Tesouro Estadual (COTES/SEFIN) solicitação de análise dos documentos enviados via e-mail pela empresa PRIME CONSULTORIA (0062470755), relativos ao Item 72 do checklist contratual. A questão refere-se à adequação do modelo de nota fiscal apresentado quanto às exigências técnicas e financeiras da SUGESP.

Inicialmente, é pertinente salientar que a competência para a retenção do imposto de renda na fonte está fundamentada no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/96:

Art. 64. Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pela fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.

§ 1º A obrigação pela retenção é do órgão ou entidade que efetuar o pagamento.

[...]

§ 3º O valor do imposto e das contribuições sociais retido será considerado como antecipação do que for devido pela contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições.

Competência esta, consubstanciada no art. 2-A da Instrução Normativa nº 1.234/12 da Receita Federal do Brasil:

Art. 2º-A Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

No âmbito do Estado de Rondônia, a Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN/RO é responsável por disciplinar os procedimentos de retenção e recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme decreto estadual nº 27.546/22:

Art. 2º A forma de retenção, recolhimento e restituição do Imposto sobre a Renda será determinada por ato administrativo a ser emitido pela Secretaria de Estado de Finanças - Sefin.

Art. 2º-A Compete à Sefin:

- I - definir, disciplinar e orientar os procedimentos de retenção, recolhimento e restituição de Imposto sobre a Renda, nos pagamentos realizados conforme o art 1º, bem como os casos de repetição de indébito e de dispensa de retenção;
- II - instruir e orientar o preenchimento dos demonstrativos enviados à Receita Federal do Brasil, das retenções de Imposto sobre a Renda realizadas no exercício;
- III - monitorar periodicamente o cumprimento da obrigação tributária de retenção do Imposto sobre a Renda na fonte pelos órgãos e entidades estaduais;
- IV - elaborar relatórios de gestão da retenção de Imposto sobre a Renda, evidenciando os casos de descumprimento da obrigação tributária e de renúncia de receita; e
- V - deferir os casos de não incidência, imunidade e isenção tributária, quando for necessária análise do caso concreto para fruição do benefício fiscal, em especial aos rendimentos de trabalho assalariado.

A [instrução Normativa nº 10/2025/SEFIN-COTES](#) disciplina a retenção e recolhimento do IR no âmbito do Estado de Rondônia.

## 2. DA ANÁLISE

O objeto contratual refere-se à contratação de empresa especializada em sistema de autogestão de frotas, conforme Termo de Referência 0058079455, que prevê:

Contratação de empresa especializada em Sistema de Autogestão de Frota, de maneira contínua, para realizar o gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, por meio de sistema informatizado.

Adicionalmente:

Os serviços de manutenção descritos neste termo de referência, assim como o fornecimento de peças, acessórios e materiais, deverá ser realizado por meio de uma rede credenciada, que inclui oficinas multimarcas, centros automotivos, lojas de autopeças e concessionárias.

A remuneração da contratada dar-se-á por meio de taxa de administração, conforme previsto no contrato.

Os serviços de Gerenciamento do Sistema de Autogestão de Frota serão remunerados por meio de uma "taxa de administração."

Foram apresentados os seguintes documentos para análise:

- Modelo Nota Fiscal Peça Credenciada - 0062471128;
- Modelo Nota Fiscal Serviço Credenciada - 0062471193;
- Modelo Nota Fiscal Prime - 0062471284;
- Modelo Fatura Prime - 0062471992;
- Relatório de Faturamento de Retenção - 0062503130;

Dada a natureza da operação, entende-se que há **três incidências distintas** a serem consideradas para fins de retenção do IR:

- I - Serviço de intermediação;
- II - Serviço de manutenção;
- III - Serviço de manutenção com fornecimento de peças;

O Primeiro diz respeito ao serviço de *“gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, por meio de sistema informatizado”*, o

que, no entendimento desta equipe técnica, se configura como intermediação de negócios, **prevista no item 30 do Anexo I da [instrução Normativa nº 10/2025/SEFIN-COTES](#)**.

Quanto aos serviços II e III é necessário caracterizar os serviços individualmente para definir a incidência do IR, os quais podem ser classificados nas seguintes hipóteses de incidência:

- a) Serviço sem fornecimento de peças: **Item 34 do Anexo I de [instrução Normativa nº 10/2025/SEFIN-COTES](#)**;
- b) Fornecimento de peças: **Item 9 do Anexo I da [instrução Normativa nº 10/2025/SEFIN-COTES](#)**; e
- c) Serviços com fornecimento de peças: **Item 3 do anexo I da [instrução Normativa nº 10/2025/SEFIN-COTES](#)**.

Especificamente quanto ao item c) acima descrito, é necessário atender aos requisitos necessários, previstos no item 6.6 da [instrução Normativa nº 10/2025/SEFIN-COTES](#):

Considera-se para fins desta Instrução Normativa:

I - serviços prestados com emprego de materiais, os serviços cuja prestação envolva o fornecimento pelo contratado de materiais, desde que tais materiais estejam discriminados no contrato ou em planilhas à parte integrante do contrato, e na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços;

Quanto à análise dos documentos apresentados pela empresa, para efeito de retenção e recolhimento de imposto de renda essa coordenadoria entende que:

1. O documento fiscal dos serviços prestados pela contratada, **os quais entende-se como de intermediação de negócios**, tendo como **emitente** do documento a intermediadora PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e como **destinatário** o órgão público (0062471284), deve-se destacar o imposto de renda referente aos serviços próprios, isto é, **restritos aos serviços de “gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, por meio de sistema informatizado”, ainda que na hipótese de nota fiscal emitida com valor zerado**;

2. O documento fiscal dos **serviços prestados pela rede credenciada**, (0062471128 e 0062471193) entendidos aqueles de “serviços de manutenção descritos neste termo de referência, assim como o fornecimento de peças, acessórios e materiais, deverá ser realizado por meio de uma rede credenciada, que inclui oficinas multimarcas, centros automotivos, lojas de autopeças e concessionárias”, tendo como **emitente do documento fiscal o prestador do serviço** (rede credenciada) e como destinatário a intermediadora de negócios, **não haverá a retenção de Imposto de renda** prevista no art.64 da Lei Federal nº 9.430/96, **por se tratar de relação privada**, que, de acordo com o entendimento desta equipe técnica, não há vínculo jurídico com o Estado de Rondônia.

2.1. É imprescindível que **a contratada destaque, no documento fiscal, em planilha ou relatório, anexos, o Imposto de Renda incidente relativo aos serviços próprios e aos serviços executados pela rede credenciada**, discriminando separadamente os valores correspondentes aos serviços de manutenção e ao fornecimento de peças, tendo como emitente a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA como destinatário o órgão público (Nota Fiscal 0062471284), conforme Instrução Normativa nº 10/2025/SEFIN-COTES:

### 3.6 Destaque da Retenção na Nota Fiscal

Conforme o art. 2º da IN RFB 1.234/2012, a pessoa jurídica deverá realizar o destaque do Imposto de Renda no documento fiscal:

§ 6º Para fins desta Instrução Normativa, a pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço deverá informar no documento fiscal o valor do IR [...]

Caso não seja tecnicamente possível realizar o destaque nem qualquer observação no documento fiscal, isso não impedirá o órgão público de descontar o valor devido de Imposto de Renda ao proceder com o pagamento da obrigação.

Dessa forma, é recomendável que o valor seja destacado no documento fiscal, a fim de confirmar os valores pagos de Imposto de Renda, que deverão constar no DIRF – Demonstrativo do Imposto de

Renda Retido na Fonte, de periodicidade anual.

3. Realizadas essas considerações, o imposto de renda a ser retido nos pagamentos realizados à rede credenciada, **será possível através de fatura/relatório a ser fornecido pela intermediadora (0062503130), PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, contendo, no mínimo, as informações individualizadas por contribuinte**, necessárias para a retenção do IR:

- a) Cnpj e nome do prestador do serviço (contribuinte);
- b) Valor bruto a ser pago ao prestador;
- c) Período considerado para apuração do valor cobrado;
- d) Imposto de renda a ser retido;
- e) Indicação na hipótese de dispensa de retenção do IR, como no caso de contribuinte optante pelo regime de tributação simplificado – Simples Nacional, no momento do pagamento;

É imperioso ressaltar que o objeto da contratação do serviço em questão, outrora **foi objeto de manifestação jurídica pela Procuradoria Geral do Estado**, quanto à incidência do Imposto de Renda, através do parecer nº 36 (0039203588), o qual fundamenta que, na forma que o contrato foi realizado, fica afastada a possibilidade de caracterização de intermediação de negócios, conforme a seguir:

Assim, é possível observar a necessidade de diferenciar 02 (dois) serviços advindos do mesmo contrato, quais sejam (i) o serviço de “facilitação” da contratação dos demais serviços e (ii) o efetivo serviço de manutenção de veículos.

Em relação ao serviço prestado pela contratada, pode-se dizer que, embora seja um contrato inominado, este se aproxima do contrato de corretagem, nos termos da norma do artigo 722 do Código Civil. Nesse diapasão, inclusive, a melhor Doutrina promove salutar distinção entre a corretagem e a mera prestação de serviços, o que é bastante útil ao caso em análise.

A única incumbência do mediador é a de aproximar as partes, e, após essa aproximação, deverá o mediador deixar que os interessados concluam o negócio jurídico, por si, ou por meio de seus respectivos procuradores, ao passo que “o corretor exerce uma profissão não restrita somente à aproximação, mas de encaminhamento total das questões relativas ao negócio” (MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Tratado de Direito Privado, São Paulo: RT, 2012, Volume 43, p. 242).

Ainda conforme Pontes de Miranda,

“a função de corretor é mais intensa do que a de mediador. O corretor faz comunicações de conhecimento aos clientes, quanto à conclusão do negócio jurídico. Não representa, nem apresenta, nem só medeia (...) o corretor “aproxima, estimula, convence, afasta dúvidas e dificuldades” (Ob. cit., Volume 43, p. 242).

[...]

No caso, verifica-se que, embora o agente público escolha entre orçamentos apresentados dentro do sistema de gerenciamento, a própria empresa gerenciadora contratada é quem contrata o serviço de manutenção junto à empresa credenciada.

Sendo assim, os serviços prestados pela empresa contratada distanciam-se da mera função de intermediação de compra ou, até mesmo, da simples instituição de arranjo de pagamento entre o interessado pelo serviço final (Estado) e o fornecedor do serviço final (oficina). Com efeito, a contratada atua efetivamente no negócio jurídico final (contratação do serviço de manutenção).

Sendo assim, **recomenda-se nova análise jurídica sobre a contratação, quanto ao entendimento legal da contratação em questão.**

## 2.2. **Outros apontamentos - Sugestão de previsão contratual.**

Necessidade de informação nos relatórios a serem disponibilizados:

- a) Incluir a responsabilidade de destaque do imposto de renda nos pagamentos a serem realizados para cada prestação dos serviços prestados, contendo o valor devido e o Imposto de renda destacado;
- b) Informação, no campo de informações complementares ou outras informações do documento fiscal emitido pela PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, de que não há taxa de administração; e
- c) Informação, no campo de informações complementares ou outras informações do documento fiscal emitido pela PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA do total do IR a ser retido.

### 3. DA CONCLUSÃO

Com base nos modelos de documentos fiscais apresentados, esta coordenadoria entende que a nota fiscal 0062471284, tendo como emitente PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, em relação aos serviços de gerenciamento estão em harmonia com a legislação do Imposto de renda, por se tratar da hipótese de intermediação de negócio, enquanto a retenção do imposto deverá ser realizada a partir de relatório/fatura (0062503130) anexos ao documento fiscal contendo as informações necessárias para o cálculo e retenção do imposto de renda.

Todavia, considerando os aspectos jurídicos envolvidos, **sugerimos** que a situação seja submetida à análise da Procuradoria Geral do Estado, a fim de que se **manifeste quanto ao enquadramento da empresa contratada na hipótese jurídica de intermediação de negócios**.

Elaborado por:

**MARIA LORENE LEMOS NASCIMENTO**

Assessora - COTES/SEFIN

Aprovado por:

**LUCAS CÚRCIO VIEIRA**

Auditor Fiscal de Tributos Estaduais



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Curcio Vieira, Auditor(a)**, em 23/07/2025, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lorene Lemos Nascimento, Assessor(a)**, em 23/07/2025, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0062526126** e o código CRC **55A61AB6**.